

PLANO  
ESTRATÉGICO



# MGES

MINAS GERAIS E  
ESPÍRITO SANTO



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO



PLANO  
ESTRATÉGICO

# MGES OBJETIVO

Promoção conjunta do desenvolvimento econômico e industrial dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, com foco estratégico em:

1

Infraestrutura  
e Logística

2

Negócios de  
Óleo e Gás

3

Desenvolvimento  
do Vale do Rio  
Doce

4

Segurança Jurídica  
em Transações  
Interestaduais

**MGES**

# OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Seleção de projetos ou processos de grande relevância comum aos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Construção de estratégia de defesa conjunta para a implementação dos projetos selecionados.

Alinhamento entre governos e bancadas federais dos dois estados no apoio à implantação dos projetos, especialmente junto ao Executivo e Legislativo federais.

PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

**RESULTADOS  
ESPERADOS**

Melhoria substancial das  
infraestruturas dos estados

Mais oportunidades para empresas  
capixabas e mineiras em projetos,  
obras e serviços

Criação de empregos em obras e em  
operações

Absorção de novas tecnologias com  
capacitação de pessoas

Aumento de competitividade de  
empresas

Desenvolvimento socioeconômico da  
região

PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPÍRITO SANTO

**1.**

**INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA**

**FINDES**



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**FIEMG**

**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
SERVIDOR  
EFICIENTE.

## 1.1

### **CONCESSÃO E DUPLICAÇÃO DAS BRs 381/262**

#### **DIAGNÓSTICO**

- As BR 381 e 262 são importantes ligações rodoviárias entre os dois estados
- Interligação de Belo Horizonte a importantes polos produtivos do estado de Minas Gerais, como o Vale do Aço, Leste de Minas e Zona da Mata.
- Capacidade de tráfego saturada.
- Traçado não compatível com o volume de tráfego atual.
- Alto índice de acidentes.

#### **PROPOSTA**

- Governo Federal assumir compromisso de construção de pontes e viadutos para retificar trechos e elevar a velocidade diretriz para 80 km/h no Espírito Santo, garantindo que o processo de concessão se complete.
- Finalização das intervenções necessárias e já contratadas de duplicação e ampliação da capacidade em Minas Gerais e dos 7 km interrompidos no Espírito Santo.
- Realização do leilão de concessão em 2020.

**INVESTIMENTOS**

**R\$ 9,1 bilhões**

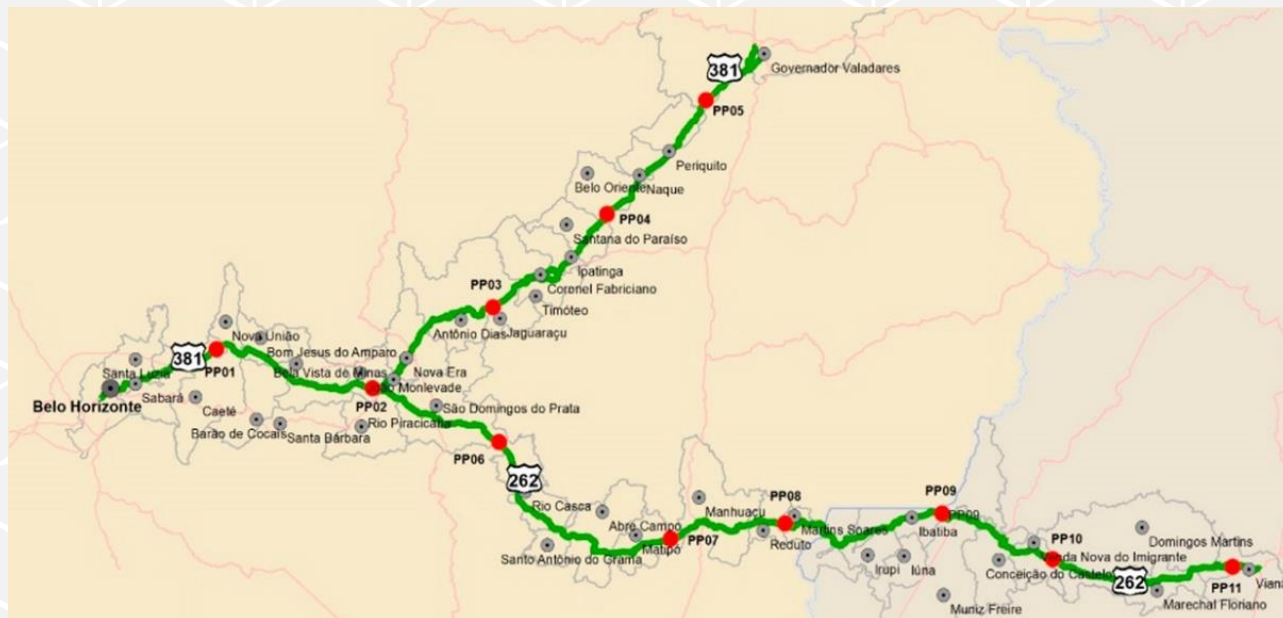
PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPÍRITO SANTO

**1.1**

## CONCESSÃO E DUPLICAÇÃO DAS BRs 381/262



## 1.2

### **RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DA ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS E IMPLANTAÇÃO DA EF 118**

#### **DIAGNÓSTICO**

- Contrato de Concessão a vencer em 2027.
- Trecho da FCA ligando Vitória ao Rio sem condições operacionais.
- Portos do Sul do ES e Norte do RJ não têm acesso ferroviário.
- Necessidade de garantir a execução do trecho de Vitória a Ubu com recursos da outorga.
- Dificuldades de garantia de transporte de carga geral.

#### **PROPOSTA**

- Créditos provenientes da Outorga de Renovação investidos em MG e ES, proporcionalmente à malha de cada estado.
- Execução do trecho de Viana a Ubu pela Vale.
- Negociações para a ampliação do transporte de carga para terceiros não ligados à mineração de, no mínimo, 10% do total, a partir do quinto ano da renovação do contrato.
- Inserção da ferrovia no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) para sua concessão e execução do trecho Ubu ao Rio de Janeiro (EF 118).
- Aprovação do PLS 261 que facilita a implantação de novos trechos e de estações de consolidação e transbordo de carga.

**INVESTIMENTOS**

**R\$ 8,8 bilhões**



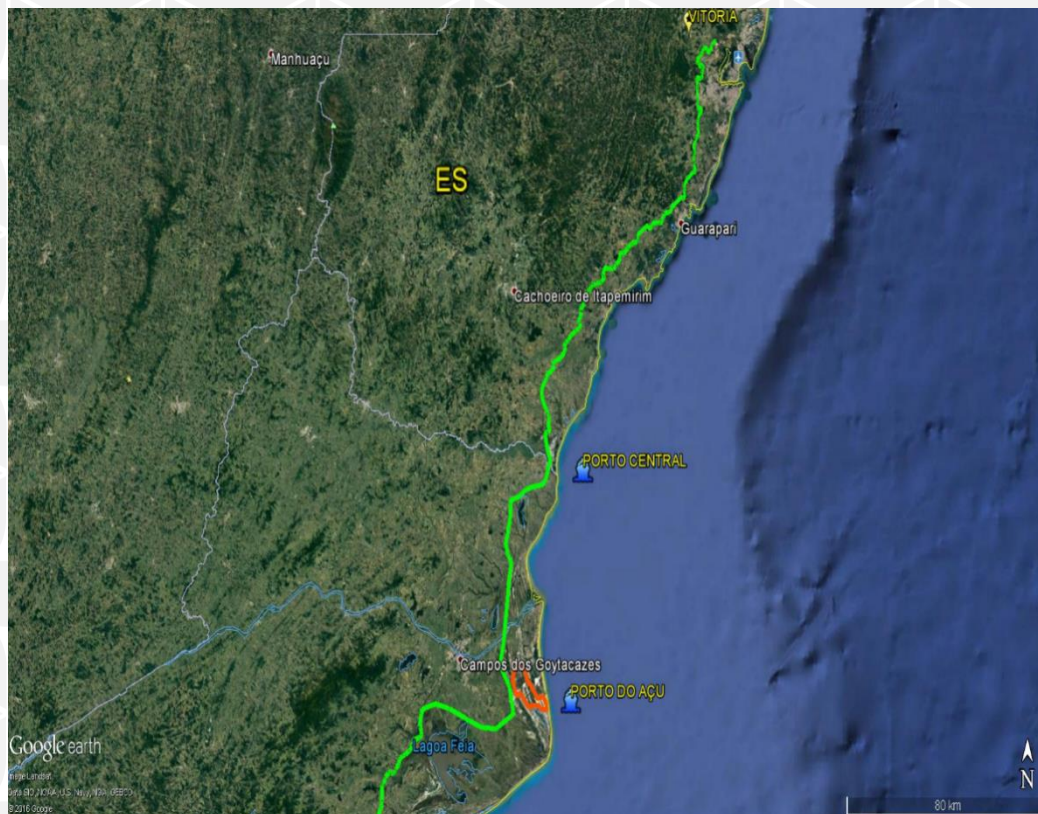
PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPÍRITO SANTO

## 1.2

### RENOVAÇÃO DA CONCESSÃO DA ESTRADA DE FERRO VITÓRIA A MINAS E IMPLANTAÇÃO DA EF 118



# 1.3

## IMPLANTAÇÃO DA EF 354

### DIAGNÓSTICO

- Necessidade de ferrovia moderna que transporte a carga industrial, contêineres e possa atender à demanda futura do aumento do comércio internacional do país.

### PROPOSTA

- Inclusão da implantação da primeira fase da ferrovia, no trecho que vai da EF 118 (RJ) a Luizlândia do Oeste/MG – 1.050 km em bitola larga na carteira de projetos do PPI.

**INVESTIMENTOS**

**R\$ 25,6 bilhões**

PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPÍRITO SANTO

**1.3**

## IMPLANTAÇÃO DA EF 354

Traçado em azul



PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPÍRITO SANTO

**1.3**

## IMPLANTAÇÃO DA EF 354

Trecho inicial proposto da  
EF 354 (do litoral/RJ a  
Luizlândia do Oeste/MG)



## 1.4

### **CONSTRUÇÃO DO CONTORNO FERROVIÁRIO DA SERRA DO TIGRE**

#### **DIAGNÓSTICO**

- Contrato de concessão a vencer nos próximos anos.
- Necessidade de antecipar investimentos para aumento da capacidade da ferrovia.
- Trecho da FCA de Ibiá a Sete Lagoas apresentando sérias restrições de tráfego e obsolescência.
- Aumento de capacidade vai suprir o Porto da Imetame.

#### **PROPOSTA**

- Renovação da concessão.
- Créditos provenientes da Outorga de Renovação investidos proporcionalmente ao tamanho da malha ferroviária de cada estado.
- Implantação de Variante de Ibiá a Sete Lagoas.
- Inserção da implantação do contorno nos compromissos de renovação da concessão da FCA.

**INVESTIMENTOS**

**R\$ 3,1 bilhões**



PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPIRITO SANTO

**1.4**

## CONSTRUÇÃO DO CONTORNO FERROVIÁRIO DA SERRA DO TIGRE



## 1.5

### DESESTATIZAÇÃO DA CODESA

#### DIAGNÓSTICO

- O Porto de Vitória e Barra do Riacho, sob administração da Cia. Docas do Espírito Santo – CODESA, tem potencial para expandir sua movimentação anual dos atuais 7 milhões para 12 milhões de toneladas por ano.
- Burocracia e barreiras legais impedem que a estatal realize os contratos que poderiam ser firmados para aumentar seu nível de operação.

#### PROPOSTA

- Bancadas Federais acompanharem e cobrarem do Governo Federal o cumprimento do cronograma de desestatização.
- Bancadas e Governos Estaduais solicitarem ao TCU celeridade na análise do processo.

**INVESTIMENTOS**

**R\$ 1,0 bilhão**

PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPÍRITO SANTO

**2.**

**NEGÓCIOS DE  
ÓLEO E GÁS**

**FINDES**



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**FIEMG**

**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
SERVINDO  
EFICIENTE.



## 2.1

### **DIRETRIZES PARA MERCADO LIVRE DE GÁS E PL 6407**

#### **DIAGNÓSTICO**

- Sem a aprovação do PL 6407 não se configura a segurança jurídica necessária para a entrada dos altos investimentos necessários para o setor de produção, transporte e distribuição de gás em regime de plena concorrência.
- Os contratos de suprimentos contêm cláusulas de inflexibilidade (*take-or-pay*).
- Não houve o cálculo da Tarifa de Uso e Sistema de Distribuição (TUSD) no processo de revisão tarifária em curso.
- Não há previsão regulatória para aplicação da tarifa específica (TUSD-e).

#### **PROPOSTA**

- Trabalho conjunto das Bancadas Federais para aprovação do PL 6407.
- Disseminação das melhores práticas da cadeia de petróleo e gás entre as federações e os governos de Minas Gerais e do Espírito Santo.
- Troca de experiências na criação de agência reguladora.
- Articulação de trabalho conjunto para criação da tarifa específica (TUSD-e).

## 2.2

### **INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE GÁS NATURAL (GASODUTO ROTA 6A, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GÁS NATURAL E DUTO PORTO CENTRAL)**

## **DIAGNÓSTICO**

- A Empresa de Pesquisa Energética – EPE – estuda a implantação de novo duto de transporte de gás pela Rota 6, com capacidade para 15 milhões de m<sup>3</sup> por dia.
- Equinor estuda nova Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN – para processar gás do campo Pão de Açúcar, que terá uma produção diária de 16 a 20 milhões de m<sup>3</sup>/dia.
- Minas Gerais e Espírito Santo foram, respectivamente, o oitavo e o nono consumidores de gás natural do país em 2018, mas têm enorme potencial de crescimento de seus mercados de consumo.

## **PROPOSTA**

- Autorização para lançar novo duto de escoamento do gás pela Rota 6a.
- Incentivo aos produtores de gás para implantação de nova Unidade de Processamento de Gás Natural – UPGN – no Espírito Santo, para processar gás do campo Pão de Açúcar.
- Autorização para construção de novo duto de transporte de gás natural do Espírito Santo para Minas Gerais (Porto Central a BH, com 480 km de extensão).

**INVESTIMENTOS**

**R\$ 8,9 bilhões**

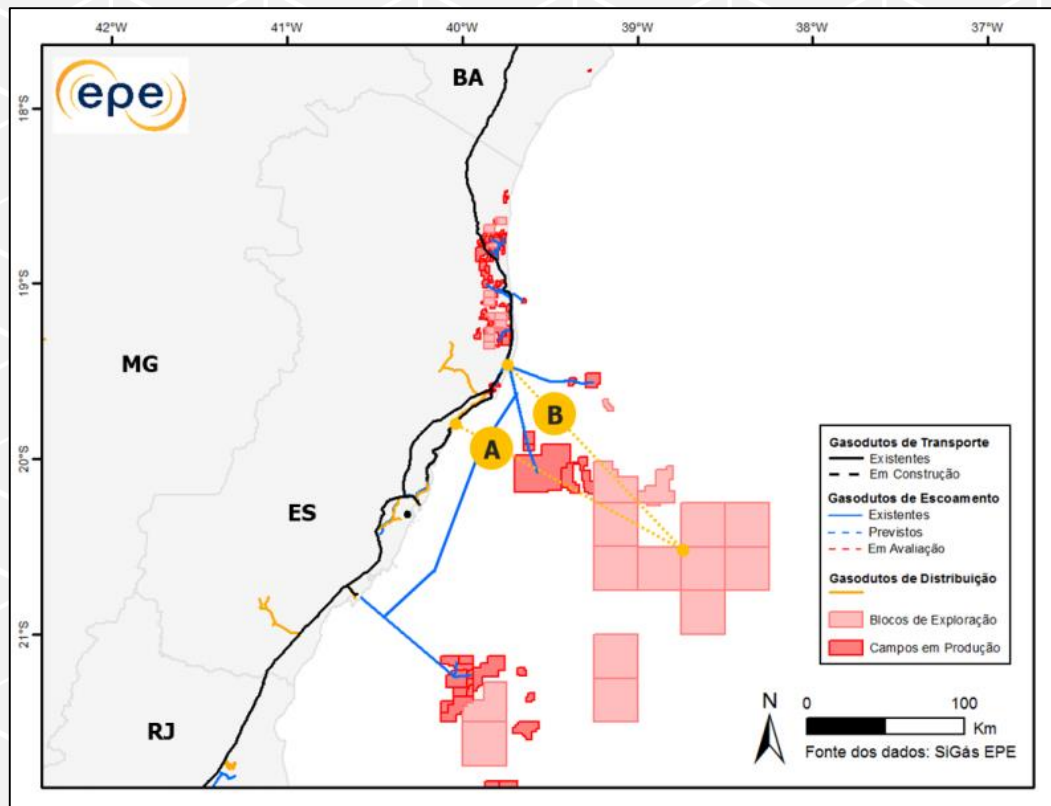
PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPIRITO SANTO

## 2.2

### INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE GÁS NATURAL (GASODUTO ROTA 6A, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GÁS NATURAL E DUTO PORTO CENTRAL)



Fonte: Elaboração própria do EPE

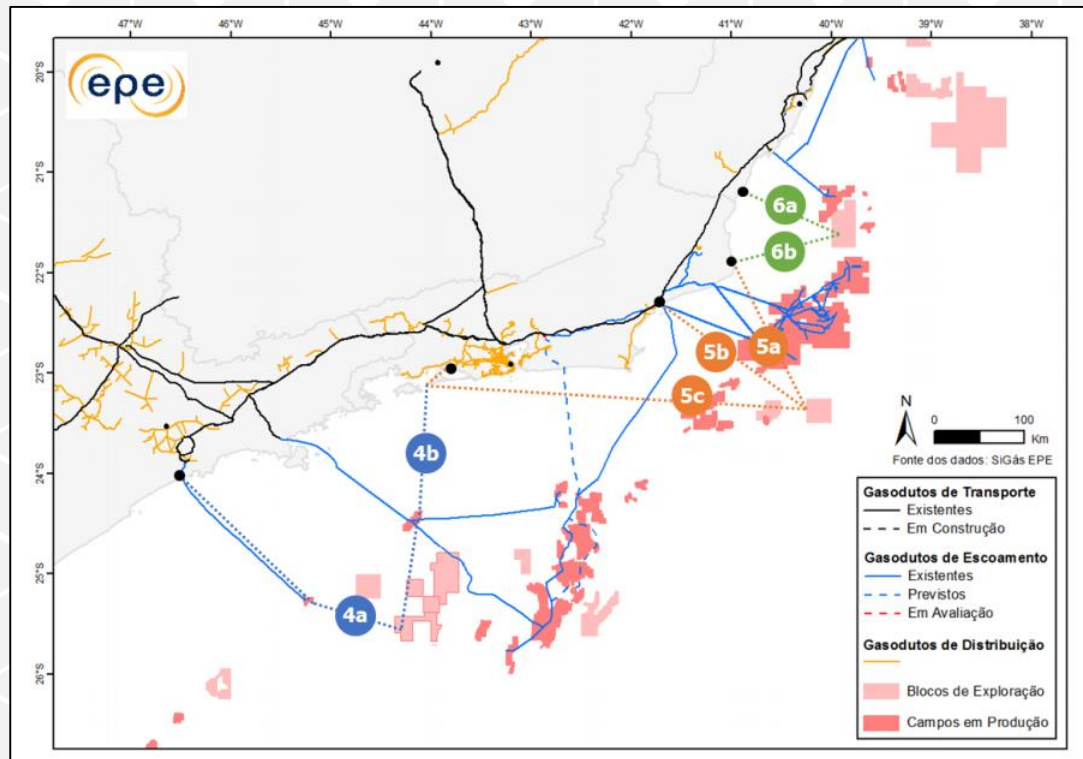
PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPÍRITO SANTO

## 2.2

### INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE GÁS NATURAL (GASODUTO ROTA 6A, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GÁS NATURAL E DUTO PORTO CENTRAL)



Fonte: Elaboração própria do EPE

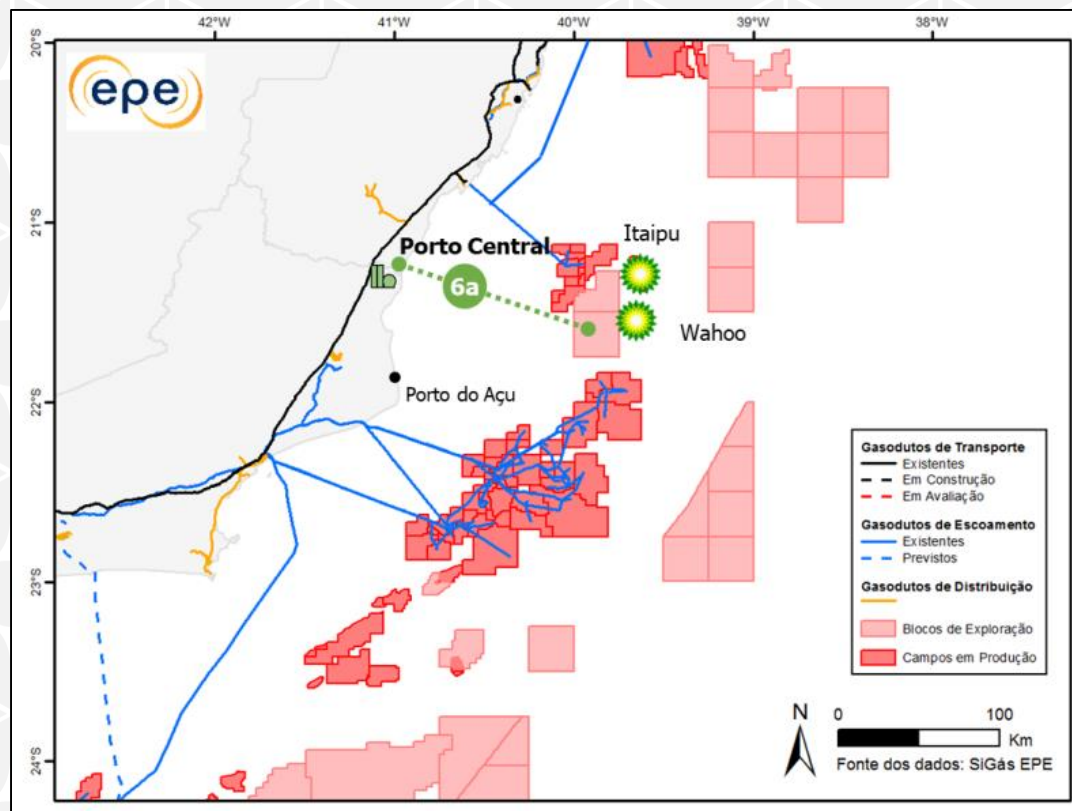
PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPÍRITO SANTO

## 2.2

### INFRAESTRUTURA LOGÍSTICA DE GÁS NATURAL (GASODUTO ROTA 6A, UNIDADE DE PROCESSAMENTO GÁS NATURAL E DUTO PORTO CENTRAL)



Fonte: Elaboração própria do EPE

PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPÍRITO SANTO

**3.**

**DESENVOLVIMENTO  
DO VALE DO  
RIO DOCE**

**FINDES**



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**FIEMG**

**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
SEMPRE  
EFICIENTE.

## 3.1

### SANEAMENTO DO RIO DOCE

#### DIAGNÓSTICO

- Principal bacia hidrográfica entre os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Rio Doce é altamente afetado pelo despejo de esgotos *in natura* em sua bacia.
- Por várias razões, o Rio Doce já perdeu a maior parte de sua vazão.
- O Instituto Terra tem ajudado a Renova a resgatar nascentes e recuperar pequenos afluentes da Bacia do Rio Doce.
- No Espírito Santo, a recuperação da cobertura florestal, com geração de oportunidades e renda para o produtor rural, conta com o Programa Reflorestar da SEAMA.

#### PROPOSTA

- Elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento da Bacia do Rio Doce detalhando as vocações de cada município, os projetos e os recursos necessários ao seu desenvolvimento, incluindo uma hidrovía, conforme Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Doce elaborado pela FIEMG.
- Reunião de esforços junto ao Governo Federal e às bancadas para aprovação e regulamentação do novo regimento para as parcerias público-privadas (PPPs).
- Estabelecimento de meta arrojada para concessão em PPPs dos serviços de tratamento de esgoto em toda a bacia do rio.
- Celebração de convênios para alinhar ações que permitam recuperar nascentes e revitalizar afluentes da Bacia do Rio Doce, paralelamente ao saneamento do rio.
- Estabelecimento de meta de recuperação de 120 mil hectares no ES e de 425 mil hectares em MG até 2025 por meio de ações de restauração e conservação da vegetação nativa do Vale do Rio Doce.



PLANO  
ESTRATÉGICO

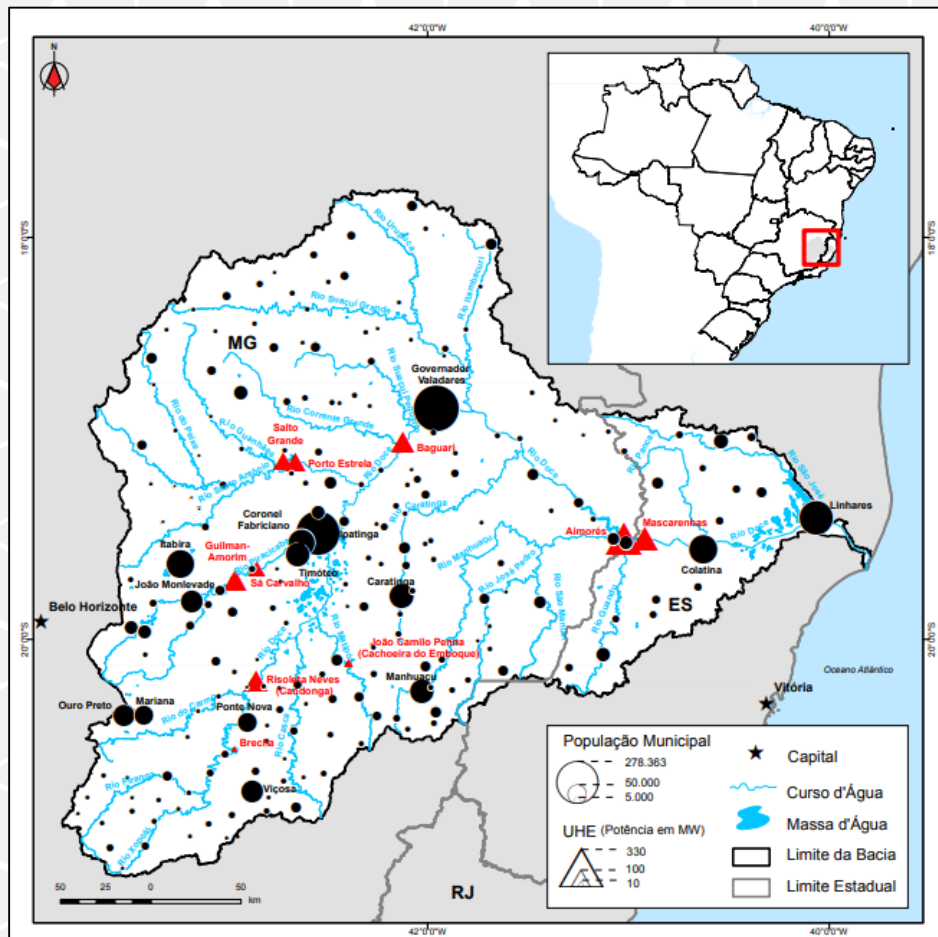
**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPIRITO SANTO

## 3.1

### SANEAMENTO DO RIO DOCE

Bacia Hidrográfica do Rio Doce.



Fonte: Agência Nacional de Águas – ANA



PLANO  
ESTRATÉGICO

**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPÍRITO SANTO

**4.**

**SEGURANÇA JURÍDICA  
EM TRANSAÇÕES  
INTERESTADUAIS**

**FINDES**



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO

**FIEMG**

**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
SERVÍÇO  
EFICIENTE.

## 4.1

### **SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA**

#### **DIAGNÓSTICO**

- Existência de entraves burocráticos na operação da cadeia logística.

#### **PROPOSTA**

- Estabelecimento de convênios entre os Fiscos de Minas Gerais e do Espírito Santo.
- Redução das obrigações acessórias que não contribuem para o desenvolvimento dos trabalhos de fiscalização e oneram o contribuinte.

## 4.2

### **CONVALIDAÇÃO DE INCENTIVOS**

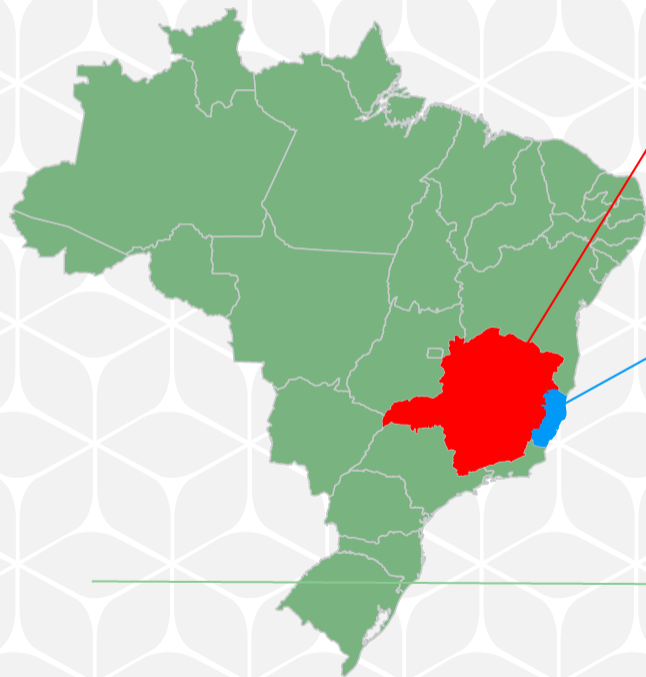
#### **DIAGNÓSTICO**

- Contencioso tributário originado de multas aplicadas em operações realizadas com base em incentivos fiscais, posteriormente convalidados e/ou remidos pelos Estados.
- Discrepância nos dois Estados entre incentivos às operações logísticas e à indústria.
- Não há transparência com relação aos benefícios concedidos pelos estados da federação.

#### **PROPOSTA**

- Nivelamento e convalidação dos incentivos às operações logísticas e à indústria.
- À luz da Lei Complementar n.º 160/17 e do Convênio ICMS n.º 190/17 dar ciência às Federações acerca dos benefícios concedidos pelo outro estado e depositados junto ao CONFAZ.
- Criação de mecanismo de transferência de créditos acumulados entre os contribuintes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.
- Instituição, por meio de convênio, de hipóteses de diferimento do ICMS nas operações interestaduais entre Minas Gerais e Espírito Santo.

## INVESTIMENTO TOTAL: 56,5 BI (R\$) IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS



### MINAS GERAIS

FATURAMENTO

**60,3**

(R\$) BILHÕES

RENDA

**12,2**

(R\$) BILHÕES

EMPREGOS\*

**47,1**

MILHARES

IMPOSTOS

**2,5**

(R\$) BILHÕES

### ESPÍRITO SANTO

FATURAMENTO

**16,8**

(R\$) BILHÕES

RENDA

**3,2**

(R\$) BILHÕES

EMPREGOS\*

**11,5**

MILHARES

IMPOSTOS

**675**

(R\$) MILHÕES

### BRASIL

FATURAMENTO

**169,5**

(R\$) BILHÕES

RENDA

**33,2**

(R\$) BILHÕES

EMPREGOS\*

**104**

MILHARES

IMPOSTOS

**7,7**

(R\$) MILHÕES

PLANO  
ESTRATÉGICO



**MGES**

MINAS GERAIS E  
ESPÍRITO SANTO



GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO



Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais  
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



**MINAS  
GERAIS**

GOVERNO  
DIFERENTE.  
ESTADO  
EFICIENTE.